



Prefeitura Municipal de
Nova Tebas



Compras.gov.br

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 013/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR. UASG: 989913

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO PARA COMUNICAÇÃO DICOM, MANUTENÇÃO E SUPORTE, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, REFERENTE AOS SERVIÇOS DE SOFTWARE BEM COMO CONVERSÃO DE IMPORTAÇÃO DE DADOS QUANDO NECESSÁRIO, GESTÃO INTEGRADA DE EXAMES DE RADIOLOGIA E ULTRASSOM TIPO PACS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 23.725,00 (vinte e três mil setecentos e vinte e cinco reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/05/2024 às 08h30min.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO

Sumário

1. DO OBJETO	2
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	2
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
8. DOS RECURSOS	15
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20



EDITAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

Processo Administrativo nº 050/2024

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Nova Tebas - Pr, por meio da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, sediado(a) na Avenida Belo Horizonte nº 695, centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO PARA COMUNICAÇÃO DICOM, MANUTENÇÃO E SUPORTE, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, REFERENTE AOS SERVIÇOS DE SOFTWARE BEM COMO CONVERSÃO DE IMPORTAÇÃO DE DADOS QUANDO NECESSÁRIO, GESTÃO INTEGRADA DE EXAMES DE RADIOLOGIA E ULTRASSOM TIPO PACS.**

1.2. A licitação será está organizada em itens, em atendimento as solicitações e justificativas da Secretaria requisitante, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar os proponentes previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar



conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances poderão ser de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor, unitário e total dos itens bem como do lote;

4.1.2. Marca e modelo;

4.1.3. Fabricante se for o caso;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.



5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Na presente licitação é adotado o envio de lances pelo modo de disputa “aberto” e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme disposto no item 5.12.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até



dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;



b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens do edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2024](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos. Caso algum documento de habilitação não esteja cadastrado ou existente no Sifaf será concedido prazo mínimo de duas horas para anexo do documento pendente por meio da plataforma de acesso do sistema compras.gov.br.



7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2024, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar



recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.novatebas.pr.gov.br bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2024](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*:

10.3.1 Plataforma de acesso do sistema compras.gov.br;

10.3.2 Via seguinte e-mail: licitacao@novatebas.pr.gov.br;

10.3.3 Protocolo eletrônico oficial da prefeitura do Município de Nova Tebas – Pr;

10.3.4 Qualquer outro meio eletrônico formal desde que comprovado sua formalidade no envio;

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.novatebas.gov.br e também na plataforma de acesso do sistema compras.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.1.2. Anexo II – Minuta do Contrato;

Nova Tebas, 08 de maio de 2024.

CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR.



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR

Processo Administrativo nº _050/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO PARA COMUNICAÇÃO DICOM, MANUTENÇÃO E SUPORTE, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, REFERENTE AOS SERVIÇOS DE SOFTWARE BEM COMO CONVERSÃO DE IMPORTAÇÃO DE DADOS QUANDO NECESSÁRIO, GESTÃO INTEGRADA DE EXAMES DE RADIOLOGIA E ULTRASSOM TIPO PACS:

LOTE 01						
ITEM	CÓDIGO CATSERV	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UM	QTDE	VALOR UNT R\$	VALOR TOTAL R\$
01	14222	SISTEMA PACS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS NA NUVEM. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS NA NUVEM. HABILITADO PARA INTEGRAÇÃO ENTRE EQUIPAMENTOS DE RADIOLOGIA E OUTROS SISTEMAS HIS E RIS. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO ATÉ 700 EXAMES CR, DR, DX MENSAIS POR 12 MESES EM NUVEM OU ENQUANTO DURAR O CONTRATO. ARMAZENAMENTO DOS EXAMES EM STORAGE NA NUVEM, COM SEGURANÇA SSL, ARMAZENAMENTO DE EXAMES EM BANCO DE DADOS DE ALTO DESEMPENHO. PERMITIR TODOS OS FORMATOS DE IMAGEM MÉDICA DICOM. VISUALIZADOR WEB DE IMAGENS MÉDICAS DICOM COM CONJUNTO DE FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA IMAGIOLOGIA MÉDICA COMO: INVERTER, BRILHO, CONTRASTE, MEDIÇÃO, DENSIDADE, ZOOM. EDITOR DE LAUDOS MÉDICOS RADIOLÓGICOS E ULTRASSONOGRAFIA COM MÁSCARAS E TEMPLATES PARA OS LAUDOS. VISUALIZADOR EDITOR DE LAUDO INTEGRADOS (JUNTOS NA	MÊS	12	1.450,00	17.400,00



		MESMA TELA, COM LICENÇA ATÉ 2 MÉDICOS LAUDANTES). SISTEMA PACS EXECUTADO EM CONTAINERS NA NUVEM DE ALTO DESEMPENHO NA NUVEM. INTERFACE PARA MÉDICOS COM COMANDOS EM PORTUGUÊS. PORTAL PARA ENTREGA DE RESULTADOS (IMAGENS E LAUDOS) DE EXAMES PARA PACIENTES ATRAVÉS DE PROTOCOLO DE ACESSO PARA UNIDADES DE SAÚDE EXTERNAS E PACIENTES. ACESSO PARA MÉDICOS E PACIENTES AOS RESULTADOS REMOTAMENTE ATRAVÉS DA NUVEM REMOTAMENTE COM ACESSO ILIMITADO. SISTEMA DE SEGURANÇA BASEADO EM USUÁRIO /SENHA. TREINAMENTO PARA MELHOR USO DO SOFTWARE. RELATÓRIOS DE USO DOS EXAMES E NUVEM. SOFTWARE COM IDIOMA EM PORTUGUÊS BRASILEIRO. DOWNLOAD DOS EXAMES APÓS FIM DE CONTRATO, OU ENCAMINHAR PARA OUTRO PACS E OU DOWNLOAD DOS EXAMES ARMAZENADOS NA NUVEM PARA DISCOS FÍSICOS REMOVÍVEIS. MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA 24X7 VINTE E QUATRO HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA. SUPORTE PADRÃO. MANUAL DO PACS EM PORTUGUÊS E COM REGISTRO NA ANVISA.				
02	14222	MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA 24X7 VINTE E QUATRO HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA. SUPORTE PADRÃO. MANUAL DO PACS EM PORTUGUÊS E COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	01	425,00	425,00



LOTE 02						
ITEM	CÓDIGO CATSERV	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UM	QTDE	VALOR UNT R\$	VALOR TOTAL R\$
03	14222	FORNECIMENTO/IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE DICOM NO EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRAFIA MODELO SONOACE R7 DA MARCA SANSUNG.	UN	01	R\$ 5.900,00	R\$ 5.900,00

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, tendo vigência a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A garantia consiste na prestação da empresa contratada, por todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09 /1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

4.2 O serviço será prestado em conformidade com a legislação vigente e exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

4.3 A contratada deverá dar suporte técnico online em escala 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) durante a vigência do contrato.

4.4 Os valores recorrentes mensais de suporte, manutenção e atualizações tecnológicas terão início de cobrança após a Implantação.

4.5 A empresa deverá realizar atualizações de software para versões atualizadas se for o caso, e os mesmos não haverá custos adicionais ao município.

4.6 A empresa deverá oferecer treinamento de até 08 horas mensais, até a vigência do contrato para todas as pessoas indicadas pela a Secretaria de Saúde;

4.7 O Sistema PACS deverá realizar os seguintes:

4.7.1 Arquivamento digital das imagens;

4.7.2 Manipulação e tratamento local das imagens nas estações de trabalho;

4.7.3 Gestão e disponibilização em rede de toda a produção de imagem digital através de acesso remoto das imagens em consoles de visualização.

4.7.4. Intercâmbio de informações relacionadas aos dados do paciente com a integração do Sistema de Informação Radiológico, Sistema de Informação de Ultrassonografia, Sistema de Informação Hospitalar, Sistema de Atenção Básica e o Prontuário Eletrônico.

4.7.5. Distribuição e envio das imagens dentro e fora do ambiente hospitalar.

4.7.6. Recurso que deverá ter: alteração de relevo, da densidade, do brilho e do contraste; ampliação da imagem a partir do zoom; inversão dos tons de cinza e aplicação de cores.

4.7.7. Disponibilização de login e senha para acessar o sistema PACS, para que possa visualizar as imagens e laudos em qualquer ponto de acesso com internet na estação de trabalho ou no seu próprio posto de atendimento.

4.7.8. O usuário do sistema de saúde, também terá acesso a sua imagem através do celular utilizado o QR CODE que lhe será entregue específico do seu exame, o qual ele poderá acessar a qualquer momento, inclusive quando for consultar com um profissional que não seja do município.

4.8 DEMAIS CARACTERÍSTICAS E REQUISITOS DO SISTEMA APLICÁVEIS APENAS AO LOTE 01



- Plataforma deverá ser remota, 100% em nuvem, permitindo realizar laudo.
- Suportar ação em multiplataforma MAC, Linux e Windows;
- Possui compatibilidade com Worklist.
- Gerenciar, integrar, arquivar e distribuir imagens e laudos, de forma segura e flexível, para acesso interno e externo através de uma plataforma em nuvem de gestão de exames.
- A plataforma em nuvem deverá oferecer um sistema de comunicação, armazenamento e distribuição de imagens médicas, recebendo, gerenciando, armazenando, compartilhando e distribuindo todas as imagens geradas nas modalidades conectadas à solução.
- O sistema deverá gerenciar uma quantidade de 8.500 exames por ano, incluindo replicação e backup dos exames.
- O sistema deverá comportar a conexão dos equipamentos DICOM.
- Todas as imagens armazenadas poderão ser acessadas no formato DICOM e em tempo real.
- O sistema deverá possuir sintaxe de transferência (JPEG lossless) para transmissão das imagens DICOM.
- Permitir acesso de qualquer médico radiologista e/ou clínico de dentro ou de fora da instituição via Internet através de qualquer sistema operacional ou navegador.
- A atualização do software do sistema de comunicação, armazenamento e distribuição de imagens médicas, seja devido a melhorias ou a novas versões, sem ônus para o município durante o período do contrato de manutenção, visando evitar obsolescência ou desatualização do sistema.
- Deverá ter Política de segurança de acesso, baseada em perfis e senhas individuais com privilégios de acesso, para proteger dados confidenciais de pacientes.
- O sistema deve permitir a criação de usuários ilimitados, evitando qualquer limitação em relação ao número de acessos ao sistema.
- O sistema deve ser acessado através do protocolo HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure), vinculado a certificado digital.
- Permitir relatórios e estatísticas de produtividade em tempo real. Os relatórios disponibilizará informações por período, modalidade do exame, radiologista e ultrassonografia, data de realização do exame e assinatura do laudo.
- Garante a identificação do paciente com pelo menos dois descritores diferentes.
- O sistema deverá identificar o exame enviado pelo equipamento através de número de identificação, este número deverá ser único, caso o equipamento não envie o número o sistema deverá gerar o mesmo, garantindo a unicidade na identificação do exame.
- Permitir o gerenciamento de logs de acesso por grupo de usuário e id do exame;

4.9 LAUDOS

- O sistema deverá conter o módulo de emissão e gestão de laudos integrado as imagens dos exames, contemplando:
- Gerenciamento de todo o processo de emissão de laudos, oferecendo suporte para emissão do laudo via ditado digital web;
- Auditoria e controle de versão de todos os laudos gerados, incluindo autor, data e operação realizada;
- Controle para liberação do laudo, incluindo controle de revogação de permissões e logs das alterações efetivadas;
- Possibilidade de bloqueio para digitação de laudos, seguindo regras anteriormente definidas por usuários autorizados;
- Visualização de anotações, anexos, imagens, no mesmo módulo de inserção de laudos, para rápido acesso do profissional no momento da confecção do laudo;



- Geração de laudos em formato PDF com assinatura digital e digitalizada, incluindo checksums para cada laudo assinado para posterior controle e rastreabilidade dos documentos; permitindo que o laudo seja assinado por mais de um profissional médico;
- Assinatura eletrônica do laudo no padrão ICP-BR (eCPF);
- Gerenciamento da fila de laudos, seguindo filtros previamente estabelecidos de acordo com a preferência do profissional, de modo a agilizar a seleção dos exames ainda pendentes de laudo ou liberação;
- Busca por data de realização de exames já liberados para impressão de laudos em um único arquivo;
- Inserção e gerenciamento de anexos nos seguintes formatos: DOC, PDF, XLS, JPG e PNG, atrelados ao exame e laudo, através de upload via interface web ou via aplicativos móveis desenvolvidos para as plataformas iOS e Android;
- Possibilidade de enviar imagens capturadas através da câmera de smartphones e tablets, bem como o envio de anexos através de aplicativos móveis desenvolvidos para as plataformas iOS e Android;
- Permitir o envio dos laudos para os sistemas da Secretaria de Saúde através de API ou outro meio de integração de dados por meio de um UID;

4.10 PORTAL DE RESULTADOS:

- O sistema deverá conter o módulo de compartilhamento de exames e disponibilização de resultados para usuários externos, médicos solicitantes e pacientes, contemplando: Portal de resultados de exames, incluindo a disponibilização de laudos, imagens, e anexos, para acesso de médicos solicitantes e pacientes via acesso web através de qualquer sistema operacional ou navegador e via aplicativos móveis nativos desenvolvidos para as plataformas iOS e Android.
- Disponibilização a criação de contas ilimitadas para pacientes e médicos solicitantes externos, permitindo que os mesmos usuários possam receber exames via portal de resultados e aplicativos móveis;
- O portal de resultados deverá disponibilizar as imagens médicas em modo clínico e diagnóstico, via Internet, através de qualquer sistema operacional e navegador;
- O portal de resultados disponibilizará recursos para download e impressão de laudos, imagens e anexos, assim também como a visualização online dos arquivos;
- Permitir a inserção de observações e comentários, para interação entre radiologistas, equipe operacional, médicos solicitantes e pacientes; Envio de laudos e relatórios de imagens por email, via anexo, para pacientes e solicitantes;
- Permitir classificar laudos por meio de tags para posterior seleção rápida por área de interesse;
- Possibilitar a visualização das imagens chave definidas pelo radiologistas dentro do corpo do laudo e em um viewer de imagens chave atrelado ao laudo;
- Geração do protocolo de acesso por meio de usuário e senha e também via QR CODE para posterior acesso via aplicativo móvel;
- Possibilitar o gerenciamento dos exames que foram compartilhados no portal com possibilidade de revogação do acesso caso necessário;
- Possibilidade de criação de contas de pacientes e solicitantes utilizando como identificador da conta, o e-mail, telefone celular, CPF ou RG do paciente;
- Acesso automático ao resultado (imagens e laudos) sem necessidade de login e senha através de link com tempo de visualização máxima de 60 dias;
- Possibilidade de compartilhamento do resultado (imagens, laudos e anexos) via WhatsApp.

4.11 VISUALIZADOR DICOM WEB:

- O sistema conterá o visualizador DICOM web das imagens entre os diferentes setores da instituição, contemplando:
- MIP e MPR;



- Volume Rendering 3D;
- Segmentação DICOM com os seguintes modelos de segmentação: Manual, Automático, Circular, Retangular, Desenho livre e Esférico;
- PET-CT Fusion;
- Linhas de referência;
- Ferramenta zoom;
- Ferramenta de medidas;
- Ferramenta de anotações;
- Ferramenta de ângulos e medidas (Cobb, Bidirecional, Distância em mm);
- Ferramenta cine;
- Ferramenta de janelamento da imagem (WW/WL) e ROI.
- Possibilitar visualizar uma ou mais imagens simultaneamente;
- Possibilitar visualizar uma ou mais séries simultaneamente;
- Ser compatível com todos os browsers e sistemas operacionais do mercado;
- Interface intuitiva que favoreça a navegação do usuário pelo sistema;
- O sistema deverá permitir a geração de relatórios em PDF das imagens para impressão e download, permitindo a seleção do layout (linhas e colunas) do relatório;
- O sistema deverá permitir o download e a navegação online de todas as imagens, habilitando o download individual ou de todos os arquivos nos formatos DICOM e JPG;
- O sistema deverá permitir a visualização do pedido médico e demais arquivos em JPG junto com às imagens DICOM no Viewer;
- O sistema deverá permitir a criação de imagens chave com anotações, criação de laudos por meio de máscaras de laudo padrão e palavras e frases chave através de auto complemento;
- Listas de Trabalho:
- O sistema deverá permitir o módulo de busca e seleção de exames, contemplando:
- Integração com as informações do módulo de Exames do Sistema HIS, PEP, DICOM Viewers com o RIS e Portal de Exames;
- Inclusão de documentos digitalizados de forma ilimitada e agregada pelo atendimento como por exemplo pedidos médicos, anamneses, termo de consentimento, etc;
- Consulta de exames por nome do paciente, data de realização do exame, modalidade do exame, descrição do exame, id do paciente, criticidade e local de origem do exame;
- Incluir meios para ordenação dos resultados da busca de acordo com a data de realização ou envio do exame ao sistema;
- Interface amigável e compatível com todos os sistemas operacionais e navegadores;
- Vincular a unidade e/ou aparelho realizador do exame na listagem dos exames;
- Exibir a data e horário da realização do exame na listagem dos exames;
- Permitir a correção e alteração dos dados do exame, assim como a definição e/ou alteração do grau de prioridade e localidade vinculado aos exames;
- Permitir sinalização de confirmação de exames para laudo ou não;
- Possibilidade de criação de regras de distribuição e restrição do acesso ao exame, por meio da identificação da unidade que enviou/realizou o exame;

4.12 ARMAZENAMENTO:

- Disponibiliza pelo serviço ambiente completo virtualizado para hospedagem do servidor da aplicação, se necessário.
- O sistema conterá o módulo de arquivamento de exames em nuvem, contemplando:
- Todos os arquivos armazenados de forma comprimida, sem duplicidade e mantendo a qualidade dos arquivos de imagem;
- Armazenamento de todos os arquivos com criptografia no lado do servidor;



- Todos os arquivos possuirão uma cópia redundante (backup) que será armazenada em local diferente do armazenamento primário, visando alta disponibilidade de todos os dados. Tais cópias deverão ser disponibilizadas ao município até o fim da vigência do contrato.

4.13 SUPORTE E MANUTENÇÃO:

- Suporte técnico e assistência remota através de abertura de chamado 24h/7 dias, com devolutiva em dias úteis, de segunda à sexta, durante todo o período de vigência do contrato.
- O sistema deverá possuir registro do Sistema RIS/PACS na ANVISA.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. FORNECIMENTO.

5.2. A implantação deverá ser em até 20 (vinte) dias a contar da Autorização de Nota de Despesa;

5.3. A empresa contratada deverá ter ciência de que as despesas relacionadas ao deslocamento, alimentação e hospedagem dos profissionais quando necessário para treinamento, manutenção ou suporte técnico presencial, não haverá ônus para o município.

5.4. O valor mensal deverá incluir todos os impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação.

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), o qual será indicado na emissão dos documentos contratuais.

5.5.1. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.5.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.5.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.5.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



5.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.7. O acompanhamento e fiscalização provisório será realizada pela servidora senhora Cyrleia Delgobo, sendo a fiscalização definitiva realizada pela Senhora Márcia Regina Rossi conforme designação constante no tópico 04 dos estudos técnicos preliminares.

5.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

Exigências de habilitação

6.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

6.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



6.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

6.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

6.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

6.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#);;



6.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 17.825,00 (dezessete mil oitocentos e vinte e cinco reais), conforme custos unitários apostos constantes no LOTE 01 do presente termo.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

0700110301100127013390400000 494 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

0700110302100127063390400000 303 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Os valores recorrentes mensais de suporte, manutenção e atualizações tecnológicas terão início de cobrança após a implantação.

9.2 A empresa contratada deverá ter ciência de que as despesas relacionadas ao deslocamento, alimentação e hospedagem dos profissionais quando necessário para treinamento, manutenção ou suporte técnico presencial, não haverá ônus para o município.

9.3 O valor mensal deverá incluir todos os impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação.

9.4 O Pagamento será mensal, conforme relatório definitivo e nota fiscal devidamente atestada, até o quinto dia útil do mês subsequente.



ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO N.º

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 013/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº _050/2024

VALIDADE: 12 (doze) meses

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO PARA COMUNICAÇÃO DICOM, MANUTENÇÃO E SUPORTE, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, REFERENTE AOS SERVIÇOS DE SOFTWARE BEM COMO CONVERSÃO DE IMPORTAÇÃO DE DADOS QUANDO NECESSÁRIO, GESTÃO INTEGRADA DE EXAMES DE RADIOLOGIA E ULTRASSOM TIPO PACS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS E A EMPRESA _____

O Município de Nova Tebas, pessoa jurídica de direito público, sito a Avenida Belo Horizonte, nº 695, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Senhor CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS, residente e domiciliado neste Município na _____, nº _____, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado com endereço à _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor (a) _____, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, decorrente do resultado da licitação, modalidade PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, Edital nº **013/2024**, nos termos da Lei nº 14.133/21, assim como pelas condições do edital já referido, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de __/__/____ e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO PARA COMUNICAÇÃO DICOM, MANUTENÇÃO E SUPORTE, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, REFERENTE AOS SERVIÇOS DE SOFTWARE BEM COMO CONVERSÃO DE IMPORTAÇÃO DE DADOS QUANDO NECESSÁRIO, GESTÃO INTEGRADA DE EXAMES DE RADIOLOGIA E ULTRASSOM TIPO PACS, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.



1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

LOTE 01						
ITEM	CÓDIGO CATSERV	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UM	QTDE	VALOR UNT R\$	VALOR TOTAL R\$
01	14222	SISTEMA PACS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS NA NUVEM. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS NA NUVEM. HABILITADO PARA INTEGRAÇÃO ENTRE EQUIPAMENTOS DE RADIOLOGIA E OUTROS SISTEMAS HIS E RIS. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO ATÉ 700 EXAMES CR, DR, DX MENSAIS POR 12 MESES EM NUVEM OU ENQUANTO DURAR O CONTRATO. ARMAZENAMENTO DOS EXAMES EM STORAGE NA NUVEM, COM SEGURANÇA SSL, ARMAZENAMENTO DE EXAMES EM BANCO DE DADOS DE ALTO DESEMPENHO. PERMITIR TODOS OS FORMATOS DE IMAGEM MÉDICA DICOM. VISUALIZADOR WEB DE IMAGENS MÉDICAS DICOM COM CONJUNTO DE FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA IMAGIOLOGIA MÉDICA COMO: INVERTER, BRILHO, CONTRASTE, MEDIÇÃO, DENSIDADE, ZOOM. EDITOR DE LAUDOS MÉDICOS RADIOLÓGICOS E ULTRASSONOGRAFIA COM MÁSCARAS E TEMPLATES PARA OS LAUDOS. VISUALIZADOR EDITOR DE LAUDO INTEGRADOS (JUNTOS NA MESMA TELA, COM LICENÇA ATÉ 2 MÉDICOS LAUDANTES). SISTEMA PACS EXECUTADO EM CONTAINERS NA NUVEM DE ALTO DESEMPENHO NA NUVEM. INTERFACE PARA MÉDICOS COM COMANDOS EM PORTUGUÊS. PORTAL PARA ENTREGA DE RESULTADOS (IMAGENS E LAUDOS) DE EXAMES PARA PACIENTES ATRAVÉS DE PROTOCOLO DE ACESSO PARA	MÊS	12		



		UNIDADES DE SAÚDE EXTERNAS E PACIENTES. ACESSO PARA MÉDICOS E PACIENTES AOS RESULTADOS REMOTAMENTE ATRAVÉS DA NUVEM REMOTAMENTE COM ACESSO ILIMITADO. SISTEMA DE SEGURANÇA BASEADO EM USUÁRIO /SENHA. TREINAMENTO PARA MELHOR USO DO SOFTWARE. RELATÓRIOS DE USO DOS EXAMES E NUVEM. SOFTWARE COM IDIOMA EM PORTUGUÊS BRASILEIRO. DOWNLOAD DOS EXAMES APÓS FIM DE CONTRATO, OU ENCAMINHAR PARA OUTRO PACS E OU DOWNLOAD DOS EXAMES ARMAZENADOS NA NUVEM PARA DISCOS FÍSICOS REMOVÍVEIS. MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA 24X7 VINTE E QUATRO HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA. SUPORTE PADRÃO. MANUAL DO PACS EM PORTUGUÊS E COM REGISTRO NA ANVISA.				
02	14222	MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA 24X7 VINTE E QUATRO HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA. SUPORTE PADRÃO. MANUAL DO PACS EM PORTUGUÊS E COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	01		

LOTE 02

ITEM	CÓDIGO CATSERV	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UM	QTDE	VALOR UNT R\$	VALOR TOTAL R\$
03	14222	FORNECIMENTO/IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE DICOM NO EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRAFIA MODELO SONOACE R7 DA MARCA SANSUNG.	UN	01		



1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2 O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.3.3 A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.3 *O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.*

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.3 O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.3 *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.3 PREÇO

5.3.1 *valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4 FORMA DE PAGAMENTO

5.4.1 *O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

5.5 PRAZO DE PAGAMENTO

5.1.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até (.....) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.1.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice XXXX de correção monetária.

5.2 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



- 5.2.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.
- 5.2.3 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 5.2.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.2.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
- 5.2.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 5.2.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 5.2.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.2.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 5.2.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 5.2.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.2.12.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.2.13 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.



No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5 CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 5.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 5.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 5.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 5.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 5.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 5.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

6 CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

6.1 São obrigações do Contratante:

- 6.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 6.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 6.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 6.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 6.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 6.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



6.1.8.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **XXXXXXXX** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.1.9 *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

6.1.10 *Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.*

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

7.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1 indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

7.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

7.1.3 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4)



Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 7.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 7.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 7.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 7.1.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 7.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 7.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 7.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.1.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 7.1.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 7.1.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 7.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 7.1.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



7.1.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8 CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.5 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9 CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;



l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

- (1) moratória de% (... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
- (2) *moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - (a) *O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme*
- (3) compensatória de% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.3.1 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



11.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3 Indenizações e multas.

12 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

0700110301100127013390400000 494 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA;
0700110302100127063390400000 303 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

13 – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.2 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.2 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

16.2 É eleito o Foro da Comarca de Manoel Ribas - Pr para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

....., de..... de 20.....

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**ANEXO 01 DO CONTRATO
TERMO DE REFERÊNCIA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR

Processo Administrativo nº 050/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO PARA COMUNICAÇÃO DICOM, MANUTENÇÃO E SUPORTE, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, REFERENTE AOS SERVIÇOS DE SOFTWARE BEM COMO CONVERSÃO DE IMPORTAÇÃO DE DADOS QUANDO NECESSÁRIO, GESTÃO INTEGRADA DE EXAMES DE RADIOLOGIA E ULTRASSOM TIPO PACS:

LOTE 01						
ITEM	CÓDIGO CATSERV	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UM	QTDE	VALOR UNT R\$	VALOR TOTAL R\$
01	14222	SISTEMA PACS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS NA NUVEM. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS NA NUVEM. HABILITADO PARA INTEGRAÇÃO ENTRE EQUIPAMENTOS DE RADIOLOGIA E OUTROS SISTEMAS HIS E RIS. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO ATÉ 700 EXAMES CR, DR, DX MENSAIS POR 12 MESES EM NUVEM OU ENQUANTO DURAR O CONTRATO. ARMAZENAMENTO DOS EXAMES EM STORAGE NA NUVEM, COM SEGURANÇA SSL, ARMAZENAMENTO DE EXAMES EM BANCO DE DADOS DE ALTO DESEMPENHO. PERMITIR TODOS OS FORMATOS DE IMAGEM MÉDICA DICOM. VISUALIZADOR WEB DE IMAGENS MÉDICAS DICOM COM CONJUNTO DE FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA IMAGIOLOGIA MÉDICA COMO: INVERTER, BRILHO, CONTRASTE, MEDIÇÃO, DENSIDADE, ZOOM. EDITOR DE LAUDOS MÉDICOS RADIOLÓGICOS	MÊS	12	1.450,00	17.400,00



		<p>E ULTRASSONOGRAFIA COM MÁSCARAS E TEMPLATES PARA OS LAUDOS. VISUALIZADOR EDITOR DE LAUDO INTEGRADOS (JUNTOS NA MESMA TELA, COM LICENÇA ATÉ 2 MÉDICOS LAUDANTES). SISTEMA PACS EXECUTADO EM CONTAINERS NA NUVEM DE ALTO DESEMPENHO NA NUVEM. INTERFACE PARA MÉDICOS COM COMANDOS EM PORTUGUÊS. PORTAL PARA ENTREGA DE RESULTADOS (IMAGENS E LAUDOS) DE EXAMES PARA PACIENTES ATRAVÉS DE PROTOCOLO DE ACESSO PARA UNIDADES DE SAÚDE EXTERNAS E PACIENTES. ACESSO PARA MÉDICOS E PACIENTES AOS RESULTADOS REMOTAMENTE ATRAVÉS DA NUVEM REMOTAMENTE COM ACESSO ILIMITADO. SISTEMA DE SEGURANÇA BASEADO EM USUÁRIO /SENHA. TREINAMENTO PARA MELHOR USO DO SOFTWARE. RELATÓRIOS DE USO DOS EXAMES E NUVEM. SOFTWARE COM IDIOMA EM PORTUGUÊS BRASILEIRO. DOWNLOAD DOS EXAMES APÓS FIM DE CONTRATO, OU ENCAMINHAR PARA OUTRO PACS E OU DOWNLOAD DOS EXAMES ARMAZENADOS NA NUVEM PARA DISCOS FÍSICOS REMOVÍVEIS. MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA 24X7 VINTE E QUATRO HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA. SUPORTE PADRÃO. MANUAL DO PACS EM PORTUGUÊS E COM REGISTRO NA ANVISA.</p>				
02	14222	<p>MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA 24X7 VINTE E QUATRO HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA. SUPORTE PADRÃO. MANUAL DO PACS EM PORTUGUÊS E COM REGISTRO NA ANVISA.</p>	UN	01	425,00	425,00



LOTE 02						
ITEM	CÓDIGO CATSERV	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UM	QTDE	VALOR UNT R\$	VALOR TOTAL R\$
03	14222	FORNECIMENTO/IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE DICOM NO EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRAFIA MODELO SONOACE R7 DA MARCA SANSUNG.	UN	01	R\$ 5.900,00	R\$ 5.900,00

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, tendo vigência a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A garantia consiste na prestação da empresa contratada, por todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09 /1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

4.2 O serviço será prestado em conformidade com a legislação vigente e exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

4.3 A contratada deverá dar suporte técnico online em escala 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) durante a vigência do contrato.



4.4 Os valores recorrentes mensais de suporte, manutenção e atualizações tecnológicas terão início de cobrança após a Implantação.

4.5 A empresa deverá realizar atualizações de software para versões atualizadas se for o caso, e os mesmos não haverá custos adicionais ao município.

4.6 A empresa deverá oferecer treinamento de até 08 horas mensais, até a vigência do contrato para todas as pessoas indicadas pela a Secretaria de Saúde;

4.7 O Sistema PACS deverá realizar os seguintes:

4.7.1 Arquivamento digital das imagens;

4.7.2 Manipulação e tratamento local das imagens nas estações de trabalho;

4.7.3 Gestão e disponibilização em rede de toda a produção de imagem digital através de acesso remoto das imagens em consoles de visualização.

4.7.4. Intercâmbio de informações relacionadas aos dados do paciente com a integração do Sistema de Informação Radiológico, Sistema de Informação de Ultrassonografia, Sistema de Informação Hospitalar, Sistema de Atenção Básica e o Prontuário Eletrônico.

4.7.5. Distribuição e envio das imagens dentro e fora do ambiente hospitalar.

4.7.6. Recurso que deverá ter: alteração de relevo, da densidade, do brilho e do contraste; ampliação da imagem a partir do zoom; inversão dos tons de cinza e aplicação de cores.

4.7.7. Disponibilização de login e senha para acessar o sistema PACS, para que possa visualizar as imagens e laudos em qualquer ponto de acesso com internet na estação de trabalho ou no seu próprio posto de atendimento.

4.7.8. O usuário do sistema de saúde, também terá acesso a sua imagem através do celular utilizado o QR CODE que lhe será entregue específico do seu exame, o qual ele poderá acessar a qualquer momento, inclusive quando for consultar com um profissional que não seja do município.



4.8 DEMAIS CARACTERÍSTICAS E REQUISITOS DO SISTEMA APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01

- Plataforma deverá ser remota, 100% em nuvem, permitindo realizar laudo.
- Suportar ação em multiplataforma MAC, Linux e Windows;
- Possui compatibilidade com Worklist.
- Gerenciar, integrar, arquivar e distribuir imagens e laudos, de forma segura e flexível, para acesso interno e externo através de uma plataforma em nuvem de gestão de exames.
- A plataforma em nuvem deverá oferecer um sistema de comunicação, armazenamento e distribuição de imagens médicas, recebendo, gerenciando, armazenando, compartilhando e distribuindo todas as imagens geradas nas modalidades conectadas à solução.
- O sistema deverá gerenciar uma quantidade de 8.500 exames por ano, incluindo replicação e backup dos exames.
- O sistema deverá comportar a conexão dos equipamentos DICOM.
- Todas as imagens armazenadas poderão ser acessadas no formato DICOM e em tempo real.
- O sistema deverá possuir sintaxe de transferência (JPEG lossless) para transmissão das imagens DICOM.
- Permitir acesso de qualquer médico radiologista e/ou clínico de dentro ou de fora da instituição via Internet através de qualquer sistema operacional ou navegador.
- A atualização do software do sistema de comunicação, armazenamento e distribuição de imagens médicas, seja devido a melhorias ou a novas versões, sem ônus para o município durante o período do contrato de manutenção, visando evitar obsolescência ou desatualização do sistema.
- Deverá ter Política de segurança de acesso, baseada em perfis e senhas individuais com privilégios de acesso, para proteger dados confidenciais de pacientes.
- O sistema deve permitir a criação de usuários ilimitados, evitando qualquer limitação em relação ao número de acessos ao sistema.
- O sistema deve ser acessado através do protocolo HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure), vinculado a certificado digital.
- Permitir relatórios e estatísticas de produtividade em tempo real. Os relatórios disponibilizará informações por período, modalidade do exame, radiologista e ultrassonografia, data de realização do exame e assinatura do laudo.
- Garante a identificação do paciente com pelo menos dois descritores diferentes.
- O sistema deverá identificar o exame enviado pelo equipamento através de número de identificação, este número deverá ser único, caso o equipamento não envie o número o sistema deverá gerar o mesmo, garantindo a unicidade na identificação do exame.
- Permitir o gerenciamento de logs de acesso por grupo de usuário e id do exame;

4.9 LAUDOS

- O sistema deverá conter o módulo de emissão e gestão de laudos integrado as imagens dos exames, contemplando:
- Gerenciamento de todo o processo de emissão de laudos, oferecendo suporte para emissão do laudo via ditado digital web;
- Auditoria e controle de versão de todos os laudos gerados, incluindo autor, data e operação realizada;
- Controle para liberação do laudo, incluindo controle de revogação de permissões e logs das alterações efetivadas;
- Possibilidade de bloqueio para digitação de laudos, seguindo regras anteriormente definidas por usuários autorizados;



- Visualização de anotações, anexos, imagens, no mesmo módulo de inserção de laudos, para rápido acesso do profissional no momento da confecção do laudo;
- Geração de laudos em formato PDF com assinatura digital e digitalizada, incluindo checksums para cada laudo assinado para posterior controle e rastreabilidade dos documentos; permitindo que o laudo seja assinado por mais de um profissional médico;
- Assinatura eletrônica do laudo no padrão ICP-BR (eCPF);
- Gerenciamento da fila de laudos, seguindo filtros previamente estabelecidos de acordo com a preferência do profissional, de modo a agilizar a seleção dos exames ainda pendentes de laudo ou liberação;
- Busca por data de realização de exames já liberados para impressão de laudos em um único arquivo;
- Inserção e gerenciamento de anexos nos seguintes formatos: DOC, PDF, XLS, JPG e PNG, atrelados ao exame e laudo, através de upload via interface web ou via aplicativos móveis desenvolvidos para as plataformas iOS e Android;
- Possibilidade de enviar imagens capturadas através da câmera de smartphones e tablets, bem como o envio de anexos através de aplicativos móveis desenvolvidos para as plataformas iOS e Android;
- Permitir o envio dos laudos para os sistemas da Secretaria de Saúde através de API ou outro meio de integração de dados por meio de um UID;

4.10 PORTAL DE RESULTADOS:

- O sistema deverá conter o módulo de compartilhamento de exames e disponibilização de resultados para usuários externos, médicos solicitantes e pacientes, contemplando: Portal de resultados de exames, incluindo a disponibilização de laudos, imagens, e anexos, para acesso de médicos solicitantes e pacientes via acesso web através de qualquer sistema operacional ou navegador e via aplicativos móveis nativos desenvolvidos para as plataformas iOS e Android.
- Disponibilização a criação de contas ilimitadas para pacientes e médicos solicitantes externos, permitindo que os mesmos usuários possam receber exames via portal de resultados e aplicativos móveis;
- O portal de resultados deverá disponibilizar as imagens médicas em modo clínico e diagnóstico, via Internet, através de qualquer sistema operacional e navegador;
- O portal de resultados disponibilizará recursos para download e impressão de laudos, imagens e anexos, assim também como a visualização online dos arquivos;
- Permitir a inserção de observações e comentários, para interação entre radiologistas, equipe operacional, médicos solicitantes e pacientes; Envio de laudos e relatórios de imagens por email, via anexo, para pacientes e solicitantes;
- Permitir classificar laudos por meio de tags para posterior seleção rápida por área de interesse;
- Possibilitar a visualização das imagens chave definidas pelo radiologistas dentro do corpo do laudo e em um viewer de imagens chave atrelado ao laudo;
- Geração do protocolo de acesso por meio de usuário e senha e também via QR CODE para posterior acesso via aplicativo móvel;
- Possibilitar o gerenciamento dos exames que foram compartilhados no portal com possibilidade de revogação do acesso caso necessário;
- Possibilidade de criação de contas de pacientes e solicitantes utilizando como identificador da conta, o e-mail, telefone celular, CPF ou RG do paciente;
- Acesso automático ao resultado (imagens e laudos) sem necessidade de login e senha através de link com tempo de visualização máxima de 60 dias;
- Possibilidade de compartilhamento do resultado (imagens, laudos e anexos) via WhatsApp.

4.11 VISUALIZADOR DICOM WEB:



- O sistema conterá o visualizador DICOM web das imagens entre os diferentes setores da instituição, contemplando:
- MIP e MPR;
- Volume Rendering 3D;
- Segmentação DICOM com os seguintes modelos de segmentação: Manual, Automático, Circular, Retangular, Desenho
- livre e Esférico;
- PET-CT Fusion;
- Linhas de referência;
- Ferramenta zoom;
- Ferramenta de medidas;
- Ferramenta de anotações;
- Ferramenta de ângulos e medidas (Cobb, Bidirecional, Distância em mm);
- Ferramenta cine;
- Ferramenta de janelamento da imagem (WW/WL) e ROI.
- Possibilitar visualizar uma ou mais imagens simultaneamente;
- Possibilitar visualizar uma ou mais séries simultaneamente;
- Ser compatível com todos os browsers e sistemas operacionais do mercado;
- Interface intuitiva que favoreça a navegação do usuário pelo sistema;
- O sistema deverá permitir a geração de relatórios em PDF das imagens para impressão e download, permitindo a seleção do layout (linhas e colunas) do relatório;
- O sistema deverá permitir o download e a navegação online de todas as imagens, habilitando o download individual ou de todos os arquivos nos formatos DICOM e JPG;
- O sistema deverá permitir a visualização do pedido médico e demais arquivos em JPG junto com às imagens DICOM no Viewer;
- O sistema deverá permitir a criação de imagens chave com anotações, criação de laudos por meio de máscaras de laudo padrão e palavras e frases chave através de auto complemento;
- Listas de Trabalho:
- O sistema deverá permitir o módulo de busca e seleção de exames, contemplando:
- Integração com as informações do módulo de Exames do Sistema HIS, PEP, DICOM Viewers com o RIS e Portal de Exames;
- Inclusão de documentos digitalizados de forma ilimitada e agregada pelo atendimento como por exemplo pedidos médicos, anamneses, termo de consentimento, etc;
- Consulta de exames por nome do paciente, data de realização do exame, modalidade do exame, descrição do exame, id do paciente, criticidade e local de origem do exame;
- Incluir meios para ordenação dos resultados da busca de acordo com a data de realização ou envio do exame ao sistema;
- Interface amigável e compatível com todos os sistemas operacionais e navegadores;
- Vincular a unidade e/ou aparelho realizador do exame na listagem dos exames;
- Exibir a data e horário da realização do exame na listagem dos exames;
- Permitir a correção e alteração dos dados do exame, assim como a definição e/ou alteração do grau de prioridade e localidade vinculado aos exames;
- Permitir sinalização de confirmação de exames para laudo ou não;
- Possibilidade de criação de regras de distribuição e restrição do acesso ao exame, por meio da identificação da unidade que enviou/realizou o exame;

4.12 ARMAZENAMENTO:

- Disponibiliza pelo serviço ambiente completo virtualizado para hospedagem do servidor da aplicação, se necessário.
- O sistema conterá o módulo de arquivamento de exames em nuvem, contemplando:



- Todos os arquivos armazenados de forma comprimida, sem duplicidade e mantendo a qualidade dos arquivos de imagem;
- Armazenamento de todos os arquivos com criptografia no lado do servidor;
- Todos os arquivos possuirão uma cópia redundante (backup) que será armazenada em local diferente do armazenamento primário, visando alta disponibilidade de todos os dados. Tais cópias deverão ser disponibilizadas ao município até o fim da vigência do contrato.

4.13 SUPORTE E MANUTENÇÃO:

- Suporte técnico e assistência remota através de abertura de chamado 24h/7 dias, com devolutiva em dias úteis, de segunda à sexta, durante todo o período de vigência do contrato.
- O sistema deverá possuir registro do Sistema RIS/PACS na ANVISA.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. FORNECIMENTO.

5.2. A implantação deverá ser em até 20 (vinte) dias a contar da Autorização de Nota de Despesa;

5.3. A empresa contratada deverá ter ciência de que as despesas relacionadas ao deslocamento, alimentação e hospedagem dos profissionais quando necessário para treinamento, manutenção ou suporte técnico presencial, não haverá ônus para o município.

5.4. O valor mensal deverá incluir todos os impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação.

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), o qual será indicado na emissão dos documentos contratuais.

5.5.1. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.5.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.5.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.5.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



5.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.7. O acompanhamento e fiscalização provisório será realizada pela servidora senhora Cyrleia Delgobo, sendo a fiscalização definitiva realizada pela Senhora Márcia Regina Rossi conforme designação constante no tópico 04 dos estudos técnicos preliminares.

5.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

Exigências de habilitação

6.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

6.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



6.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

6.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

6.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

6.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#);;



6.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 17.825,00 (dezessete mil oitocentos e vinte e cinco reais), conforme custos unitários apostos constantes no lote 01 do presente termo.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

0700110301100127013390400000 494 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

0700110302100127063390400000 303 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Os valores recorrentes mensais de suporte, manutenção e atualizações tecnológicas terão início de cobrança após a implantação.

9.2 A empresa contratada deverá ter ciência de que as despesas relacionadas ao deslocamento, alimentação e hospedagem dos profissionais quando necessário para treinamento, manutenção ou suporte técnico presencial, não haverá ônus para o município.

9.3 O valor mensal deverá incluir todos os impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação.

9.4 O Pagamento será mensal, conforme relatório definitivo e nota fiscal devidamente atestada, até o quinto dia útil do mês subsequente.

Estudo Técnico Preliminar 54/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 010/2024

2. Descrição da necessidade

OBJETIVO

O motivo da abertura do atual processo licitatório tem por finalidade a facilitação das ações e rotinas de médicos, gestores e usuários do SUS, otimizando processos no centro médico, gerando melhor conectividade, maior eficiência operacional e oportunizando redução de custos, com as revelações em papel filme/radiológico, sendo assim cuidando do meio ambiente.

2.1 JUSTIFICATIVA

Considerando que no município há um Hospital Municipal e nele consta uma sala de radiologia e de ultrassonografia, fazendo com que haja usuários que utilizam destes serviços em um volume elevado, fazendo com que o gasto com materiais de consumo, como papel foto e papel de filme radiológico seja exorbitante;

Considerando que se o município tiver o sistema de informatização de gestão de imagens médicas digitais, o consumo de materiais de consumo diminuiria;

Pode-se entender o PACS como sendo um sistema informatizado de gestão de imagens médicas digitais, composto de hardware e software, que desempenha, aquisição digital dos exames radiológicos e de ultrassonografia nos diversos equipamentos de diagnóstico por imagem;

Considerando que essas melhorias atingem tanto o estabelecimento de saúde quanto os usuários do sistema de saúde, principal beneficiário dessa ferramenta, e também aos profissionais, que terão uma melhor interpretação durante o diagnóstico através do acesso virtual nas estações de trabalho, permitindo a utilização de ferramentas de manipulação da imagem digital;

Considerando que o sistema também manterá os registros completos de todos os exames de imagem realizados naquele usuário, e por ser um sistema integrado, esses benefícios estarão interligados e chegarão simultaneamente, ainda que indiretamente, a médicos, pacientes e aos estabelecimentos de saúde municipais e intermunicipais.

2.3 DEMANDA CONTRATADA X QUANTIDADE DO OBJETO A SER FORNECIDO

A contratação alinha-se com a implantação informatizado de imagens médicas digitais a serem utilizados no Hospital Municipal, outras unidades de saúde e para os usuários do SUS, de forma mensal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MARCIA REGINA ROSSI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 DESCRIÇÃO DA GARANTIA

A garantia consiste na prestação da empresa contratada, por todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09 /1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

O serviço será prestado em conformidade com a legislação vigente e exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

4.2 FORNECIMENTO E PAGAMENTO.

Execução/ Fornecimento

A implantação deverá ser em até 20 (vinte) dias a contar da Autorização de Nota de Despesa.

A contratada deverá dar suporte técnico online em escala 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) durante a vigência do contrato.

Os valores recorrentes mensais de suporte, manutenção e atualizações tecnológicas terão início de cobrança após a implantação.

A empresa contratada deverá ter ciência de que as despesas relacionadas ao deslocamento, alimentação e hospedagem dos profissionais quando necessário para treinamento, manutenção ou suporte técnico presencial, não haverá ônus para o município.

A empresa deverá realizar atualizações de software para versões atualizadas se for o caso, e os mesmos não haverá custos adicionais ao município.

O valor mensal deverá incluir todos os impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação.

A empresa deverá oferecer treinamento de até 08 horas mensais, até a vigência do contrato para todas as pessoas indicadas pela a Secretaria de Saúde;

O Sistema PACS deverá realizar os seguintes:

1. Arquivamento digital das imagens.
2. Manipulação e tratamento local das imagens nas estações de trabalho.
3. Gestão e disponibilização em rede de toda a produção de imagem digital através de acesso remoto das imagens em consoles de visualização.
4. Intercâmbio de informações relacionadas aos dados do paciente com a integração do Sistema de Informação Radiológico, Sistema de Informação de Ultrassonografia, Sistema de Informação Hospitalar, Sistema de Atenção Básica e o Prontuário Eletrônico.
5. Distribuição e envio das imagens dentro e fora do ambiente hospitalar.
6. Recurso que deverá ter: alteração de relevo, da densidade, do brilho e do contraste; ampliação da imagem a partir do zoom; inversão dos tons de cinza e aplicação de cores.
7. Disponibilização de login e senha para acessar o sistema PACS, para que possa visualizar as imagens e laudos em qualquer ponto de acesso com internet na estação de trabalho ou no seu próprio posto de atendimento.

8. O usuário do sistema de saúde, também terá acesso a sua imagem através do celular utilizando o QR CODE que lhe será entregue específico do seu exame, o qual ele poderá acessar a qualquer momento, inclusive quando for consultar com um profissional que não seja do município.

Vigência

O período que perdurará a presente contratação será de até 12 (doze) meses podendo prorrogar por igual período.

Acompanhamento

O recebimento/acompanhamento provisório será pelo a servidora efetiva técnica em Radiologia Cyrleia Delgobo e definitivo pela a Secretária Municipal de Saúde Márcia Regina Rossi, do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Pagamento

Pagamento será mensal, conforme relatório definitivo e nota fiscal devidamente atestada, até o quinto dia útil do mês subsequente;

4.3 REQUISITOS DO SISTEMA

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Plataforma deverá ser remota, 100% em nuvem, permitindo realizar laudo.

Suportar ação em multiplataforma MAC, Linux e Windows;

Possui compatibilidade com Worklist.

Gerenciar, integrar, arquivar e distribuir imagens e laudos, de forma segura e flexível, para acesso interno e externo através de uma plataforma em nuvem de gestão de exames.

A plataforma em nuvem deverá oferecer um sistema de comunicação, armazenamento e distribuição de imagens médicas, recebendo, gerenciando, armazenando, compartilhando e distribuindo todas as imagens geradas nas modalidades conectadas à solução.

O sistema deverá gerenciar uma quantidade de 8.500 exames por ano, incluindo replicação e backup dos exames.

O sistema deverá comportar a conexão dos equipamentos DICOM.

Todas as imagens armazenadas poderão ser acessadas no formato DICOM e em tempo real.

O sistema deverá possuir sintaxe de transferência (JPEG lossless) para transmissão das imagens DICOM.

Permitir acesso de qualquer médico radiologista e/ou clínico de dentro ou de fora da instituição via Internet através de qualquer sistema operacional ou navegador.

A atualização do software do sistema de comunicação, armazenamento e distribuição de imagens médicas, seja devido a melhorias ou a novas versões, sem ônus para o município durante o período do contrato de manutenção, visando evitar obsolescência ou desatualização do sistema.

Deverá ter Política de segurança de acesso, baseada em perfis e senhas individuais com privilégios de acesso, para proteger dados confidenciais de pacientes.

O sistema deve permitir a criação de usuários ilimitados, evitando qualquer limitação em relação ao número de acessos ao sistema.

O sistema deve ser acessado através do protocolo HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure), vinculado a certificado digital.

Permitir relatórios e estatísticas de produtividade em tempo real. Os relatórios disponibilizará informações por período, modalidade do exame, radiologista e ultrassonografia, data de realização do exame e assinatura do laudo.

Garante a identificação do paciente com pelo menos dois descritores diferentes.

O sistema deverá identificar o exame enviado pelo equipamento através de número de identificação, este número deverá ser único, caso o equipamento não envie o número o sistema deverá gerar o mesmo, garantindo a unicidade na identificação do exame.

Permitir o gerenciamento de logs de acesso por grupo de usuário e id do exame;

Laudos

O sistema deverá conter o módulo de emissão e gestão de laudos integrado as imagens dos exames, contemplando:

Gerenciamento de todo o processo de emissão de laudos, oferecendo suporte para emissão do laudo via ditado digital web;

Auditoria e controle de versão de todos os laudos gerados, incluindo autor, data e operação realizada;

Controle para liberação do laudo, incluindo controle de revogação de permissões e logs das alterações efetivadas;

Possibilidade de bloqueio para digitação de laudos, seguindo regras anteriormente definidas por usuários autorizados;

Visualização de anotações, anexos, imagens, no mesmo módulo de inserção de laudos, para rápido acesso do profissional no momento da confecção do laudo;

Geração de laudos em formato PDF com assinatura digital e digitalizada, incluindo checksums para cada laudo assinado para posterior controle e rastreabilidade dos documentos; permitindo que o laudo seja assinado por mais de um profissional médico;

Assinatura eletrônica do laudo no padrão ICP-BR (eCPF);

Gerenciamento da fila de laudos, seguindo filtros previamente estabelecidos de acordo com a preferência do profissional, de modo a agilizar a seleção dos exames ainda pendentes de laudo ou liberação;

Busca por data de realização de exames já liberados para impressão de laudos em um único arquivo;

Inserção e gerenciamento de anexos nos seguintes formatos: DOC, PDF, XLS, JPG e PNG, atrelados ao exame e laudo, através de upload via interface web ou via aplicativos móveis desenvolvidos para as plataformas iOS e Android;

Possibilidade de enviar imagens capturadas através da câmera de smartphones e tablets, bem como o envio de anexos através de aplicativos móveis desenvolvidos para as plataformas iOS e Android;

Permitir o envio dos laudos para os sistemas da Secretaria de Saúde através de API ou outro meio de integração de dados por meio de um UID;

Portal de Resultados:

O sistema deverá conter o módulo de compartilhamento de exames e disponibilização de resultados para usuários externos, médicos solicitantes e pacientes, contemplando:

Portal de resultados de exames, incluindo a disponibilização de laudos, imagens, e anexos, para acesso de médicos solicitantes e pacientes via acesso web através de qualquer sistema operacional ou navegador e via aplicativos móveis nativos desenvolvidos para as plataformas iOS e Android.

Disponibilização a criação de contas ilimitadas para pacientes e médicos solicitantes externos, permitindo que os mesmos usuários possam receber exames via portal de resultados e aplicativos móveis;

O portal de resultados deverá disponibilizar as imagens médicas em modo clínico e diagnóstico, via Internet, através de qualquer sistema operacional e navegador;

O portal de resultados disponibilizará recursos para download e impressão de laudos, imagens e anexos, assim também como a visualização online dos arquivos;

Permitir a inserção de observações e comentários, para interação entre radiologistas, equipe operacional, médicos solicitantes e pacientes; Envio de laudos e relatórios de imagens por email, via anexo, para pacientes e solicitantes;

Permitir classificar laudos por meio de tags para posterior seleção rápida por área de interesse;

Possibilitar a visualização das imagens chave definidas pelo radiologistas dentro do corpo do laudo e em um viewer de imagens chave atrelado ao laudo;

Geração do protocolo de acesso por meio de usuário e senha e também via QR CODE para posterior acesso via aplicativo móvel;

Possibilitar o gerenciamento dos exames que foram compartilhados no portal com possibilidade de revogação do acesso caso necessário;

Possibilidade de criação de contas de pacientes e solicitantes utilizando como identificador da conta, o e-mail, telefone celular, CPF ou RG do paciente;

Acesso automático ao resultado (imagens e laudos) sem necessidade de login e senha através de link com tempo de visualização máxima de 60 dias;

Possibilidade de compartilhamento do resultado (imagens, laudos e anexos) via WhatsApp.

Visualizador DICOM Web:

O sistema centerá o visualizador DICOM web das imagens entre os diferentes setores da instituição, contemplando:

MIP e MPR;

Volume Rendering 3D;

Segmentação DICOM com os seguintes modelos de segmentação: Manual, Automático, Circular, Retangular, Desenho livre e Esférico;

PET-CT Fusion;

Linhas de referência;

Ferramenta zoom;

Ferramenta de medidas;

Ferramenta de anotações;

Ferramenta de ângulos e medidas (Cobb, Bidirecional, Distância em mm);

Ferramenta cine;

Ferramenta de janelamento da imagem (WW/WL) e ROI.

Possibilitar visualizar uma ou mais imagens simultaneamente;

Possibilitar visualizar uma ou mais séries simultaneamente;

Ser compatível com todos os browsers e sistemas operacionais do mercado;

Interface intuitiva que favoreça a navegação do usuário pelo sistema;

O sistema deverá permitir a geração de relatórios em PDF das imagens para impressão e download, permitindo a seleção do layout (linhas e colunas) do relatório;

O sistema deverá permitir o download e a navegação online de todas as imagens, habilitando o download individual ou de todos os arquivos nos formatos DICOM e JPG;

O sistema deverá permitir a visualização do pedido médico e demais arquivos em JPG junto com às imagens DICOM no Viewer;

O sistema deverá permitir a criação de imagens chave com anotações, criação de laudos por meio de máscaras de laudo padrão e palavras e frases chave através de auto complemento;

Listas de Trabalho:

O sistema deverá permitir o módulo de busca e seleção de exames, contemplando:

Integração com as informações do módulo de Exames do Sistema HIS, PEP, DICOM Viewers com o RIS e Portal de Exames;

Inclusão de documentos digitalizados de forma ilimitada e agregada pelo atendimento como por exemplo pedidos médicos, anamneses, termo de consentimento, etc;

Consulta de exames por nome do paciente, data de realização do exame, modalidade do exame, descrição do exame, id do paciente, criticidade e local de origem do exame;

Incluir meios para ordenação dos resultados da busca de acordo com a data de realização ou envio do exame ao sistema;

Interface amigável e compatível com todos os sistemas operacionais e navegadores;

Vincular a unidade e/ou aparelho realizador do exame na listagem dos exames;

Exibir a data e horário da realização do exame na listagem dos exames;

Permitir a correção e alteração dos dados do exame, assim como a definição e/ou alteração do grau de prioridade e localidade vinculado aos exames;

Permitir sinalização de confirmação de exames para laudo ou não;

Possibilidade de criação de regras de distribuição e restrição do acesso ao exame, por meio da identificação da unidade que enviou/realizou o exame;

Armazenamento:

Disponibiliza pelo serviço ambiente completo virtualizado para hospedagem do servidor da aplicação, se necessário. O sistema conterá o módulo de arquivamento de exames em nuvem, contemplando:

Todos os arquivos armazenados de forma comprimida, sem duplicidade e mantendo a qualidade dos arquivos de imagem;

Armazenamento de todos os arquivos com criptografia no lado do servidor;

Todos os arquivos possuirão uma cópia redundante (backup) que será armazenada em local diferente do armazenamento primário, visando alta disponibilidade de todos os dados. Tais cópias deverão ser disponibilizadas ao município até o fim da vigência do contrato.

Suporte e Manutenção:

Suporte técnico e assistência remota através de abertura de chamado 24h/7 dias, com devolutiva em dias úteis, de segunda à sexta, durante todo o período de vigência do contrato.

O sistema deverá possuir registro do Sistema RIS/PACS na ANVISA.

5. Levantamento de Mercado

Dentro do presente estudo, foram analisados os orçamentos e edital semelhante de outro órgão público, visto que há fornecedores para estes tipos de contratações.

Por fim, com o exposto, esta equipe conclui que se deve realizar licitação própria.

6. Descrição da solução como um todo

A solução será de face a necessidade de manter métodos tecnológicos para os serviços de saúde, visando sempre pela agilidade dos processos laborais e melhorar o diagnóstico clínico para os munícipes de Nova Tebas.

Por fim, as necessidades foram demonstradas nos itens anteriores deste Estudo Técnico Preliminar - ETP;

Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	CÓDIGO BR / CATMAT	DESCRIÇÃO	UND /MED.	QTD.
01	14222	SISTEMA PACS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS NA NUVEM. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS NA NUVEM. HABILITADO PARA INTEGRAÇÃO ENTRE EQUIPAMENTOS DE RADIOLOGIA E OUTROS SISTEMAS HIS E RIS. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO ATÉ 700 EXAMES CR, DR, DX MENSAIS POR 12 MESES EM NUVEM OU ENQUANTO DURAR O CONTRATO. ARMAZENAMENTO DOS EXAMES EM STORAGE NA NUVEM, COM SEGURANÇA SSL, ARMAZENAMENTO	MÊS	12

DE EXAMES EM BANCO DE DADOS DE ALTO DESEMPENHO.

PERMITIR TODOS OS FORMATOS DE IMAGEM MÉDICA DICOM.

VISUALIZADOR WEB DE IMAGENS MÉDICAS DICOM COM CONJUNTO DE FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA IMAGIOLOGIA MÉDICA COMO: INVERTER, BRILHO, CONTRASTE, MEDIÇÃO, DENSIDADE, ZOOM.

EDITOR DE LAUDOS MÉDICOS RADIOLÓGICOS E ULTRASSONOGRAFIA COM MÁSCARAS E TEMPLATES PARA OS LAUDOS. VISUALIZADOR EDITOR DE LAUDO INTEGRADOS (JUNTOS NA MESMA TELA, COM LICENÇA ATÉ 2 MÉDICOS LAUDANTES).

SISTEMA PACS EXECUTADO EM CONTAINERS NA NUVEM DE ALTO DESEMPENHO NA NUVEM.

INTERFACE PARA MÉDICOS COM COMANDOS EM PORTUGUÊS.

PORTAL PARA ENTREGA DE RESULTADOS (IMAGENS E LAUDOS) DE EXAMES PARA PACIENTES ATRAVÉS DE PROTOCOLO DE ACESSO PARA UNIDADES DE SAÚDE EXTERNAS E PACIENTES.

ACESSO PARA MÉDICOS E PACIENTES AOS RESULTADOS REMOTAMENTE ATRAVÉS DA NUVEM REMOTAMENTE COM ACESSO ILIMITADO.

SISTEMA DE SEGURANÇA BASEADO EM USUÁRIO /SENHA.

TREINAMENTO PARA MELHOR USO DO SOFTWARE.

RELATÓRIOS DE USO DOS EXAMES E NUVEM.

SOFTWARE COM IDIOMA EM PORTUGUÊS BRASILEIRO.

DOWNLOAD DOS EXAMES APÓS FIM DE CONTRATO, OU ENCAMINHAR PARA OUTRO PACS E OU DOWNLOAD DOS EXAMES ARMAZENADOS NA NUVEM PARA DISCOS FÍSICOS REMOVÍVEIS.

MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA 24X7 VINTE E QUATRO HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA.

SUPORTE PADRÃO.

		MANUAL DO PACS EM PORTUGUÊS E COM REGISTRO NA ANVISA.		
02	14222	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO OPERACIONAL, EM SOFTWARE DE DISTRIBUIÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS/RADIOLOGICA, NO FORMATO DICOM (SOFTWARE PAC'S).	MÊS	01
03	14222	FORNECIMENTO/IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE DICOM NO EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRRAFIA MODELO SONOACE R7 DA MARCA SANSUNG.	UNIDADE	01

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 23.725,00

8.1 INFORMATIVO DA CESTA DE PREÇO

A estimativa de preço foi realizada conforme a formação de preço sintética em anexo, seguindo o Decreto Municipal 05/2024.

Fontes consultadas: Fornecedores Físicos, Contratação Similares, Sítios Eletrônicos de Amplo Acesso, e Portal Nacional de Contratações Públicas.

Série de Preços: Tabela Comparativa e Cotações em anexo.

Método estatístico aplicado para os valores estimados: foram realizados os cálculos sobre a Média, Mediana e Menor Preço dos valores obtidos na pesquisa de preço.

Informo que para o objeto solicitado foi encontrado resultado através do seguinte parâmetro;

- Fornecedores Físicos: foi solicitado por e-mail o pedido formal para 03 (três) empresas diferentes, pela a servidora Cyrleia Delgobo radiologista, havendo retorno das mesmas.
- Contratações similares Administração Pública: foi realizado a busca no Estado de São Paulo, Cajati sendo utilizado as informações disponíveis dos processos dos pregões eletrônicos.
- Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP: foi realizado a busca com palavras chaves, tendo êxito.
- Para o item 03: A pesquisa de preços foi realizada através de prévia consulta por parte da empresa que atende apenas a Região Sul do Brasil, para implantar o software.

Contudo houve a busca de preço em outras fontes, porém sem êxito.

- Compras.gov.br - Pesquisa de Preço: não encontrado a descrição desejável.
- Menor Preço Nota Paraná: não encontrado.
- Mídia Especializada ou de domínio amplo: realizado a busca, porém sem êxito.

Ficando da seguinte forma:

- Média e Preço; R\$ 26.530,30
- Mediana de Preços; R\$ 23.725,00

Para o termo de referência, observa-se por parte desta Secretaria a viabilidade de utilizar-se a mediana de preço como critério para abertura do Processo, foi escolhido essa metodologia após visualização dos preços da tabela em anexo;

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O presente objeto está estruturado em itens, em razão de questões técnicas, além de possuírem correlação entre si, porém a solicitação se dará por parcelada mensalmente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços deste objeto serão utilizados apenas pela a Secretaria de Saúde.

Cabe ressaltar que este ETP poderá ser repetido em caso de o certame ficar fracassada/deserta/cancelada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O município ainda não possui a previsão do Plano Anual de Contratações e também não implantou a catalogação e padronização própria, por isto o código BR utilizado ser um código editável, por se tratar de um serviço específico não sendo encontrado na catalogação do gov.br, afim de evitar uma contratação equivocada.

Por fim, as despesas tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Por meio, dos serviços de armazenamento dos laudos e resultados o qual devem integrar o prontuário do cidadão a fim de resguardar o município de demandas judiciais e também para pesquisa de histórico para fins diagnósticos.

13. Providências a serem Adotadas

Por se tratar de serviços especializados, não se faz necessária nenhuma adequação, visto que o município já possui pessoal treinado, operante e preparados para a fiscalização e validação dos contratos.

E para os casos de equipe técnica para validação dos serviços, será solicitado para a Cyrleia Delgobo realizar o relatório provisório e o definitivo ficará pela a Secretária Municipal de Saúde Márcia Regina Rossi.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação alinha-se às finalidades da instituição e é viável do ponto de vista ambiental, econômico e estratégico conforme demonstra esse estudo. Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados. As estimativas preliminares dos preços foram feitas e estão documentadas adequadamente neste estudo. A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável. Há evidências de que as áreas requisitantes se comprometeram com o planejamento preliminar das soluções e há expectativa de que apoiará a construção do termo de referência.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIA REGINA ROSSI

Secretária Municipal

Despacho: Responsável pela elaboração deste ETP

MARICLEY RODRIGUES DO NASCIMENTO

Assessora Administrativo



Assinou eletronicamente em 02/05/2024 às 15:15:56.

Despacho: Responsável pela solicitação de orçamento as empresas físicas

CYRLEIA DELGOBO

Técnica de Radiologia

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TABELA NOVA.pdf (15.19 KB)
- Anexo II - ORÇAMENTOS.pdf (2.17 MB)
- Anexo III - ORÇAMENTO.pdf (822.24 KB)

Anexo I - TABELA NOVA.pdf

ITEM	CÓD BR	UND/MED	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	FORNECEDOR FÍSICO: MOBILEMED	FORNECEDOR FÍSICO: R-DICOM RADIOLOGIA NA NUVEM	FORNECEDOR FÍSICO: CFAZ.NET	PNCP - PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PUBLICAS	CONTRATAÇÃO SIMILARES DE OUTROS ENTES PÚBLICOS - CAJAI/SP	FORNECEDOR FÍSICO: PAULO CAMARGO ULTRA-SOM	MÉDIA DOS PREÇOS ENCONTRADOS	MEDIANA DOS PREÇOS ENCONTRADOS
1	14222	MÊS	SISTEMA PACS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS NA NUVEM. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS NA NUVEM.	12	R\$ 1.700,00	R\$ 1.450,00	R\$ 639,00	R\$ 2.900,00	R\$ 995,50	SEM CONSULTA	R\$ 1.536,90	R\$ 1.450,00
2	14222	MÊS	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO OPERACIONAL, EM SOFTWARE DE DISTRIBUIÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS/RADIOLOGICA, NO FORMATO DICOM (SOFTWARE PAC'S).	1	R\$ 850,00	NÃO COTOU	R\$ 7.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	SEM CONSULTA	R\$ 2.187,50	R\$ 425,00
3	14222	UNIDADE	FORNECIMENTO/IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE DICOM NO EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRAFIA MODELO SONOACE R7 DA MARCA SANSUNG	1	SEM CONSULTA	SEM CONSULTA	SEM CONSULTA	SEM CONSULTA	SEM CONSULTA	R\$ 5.900,00	R\$ 5.900,00	R\$ 5.900,00
VALOR TOTAL DOS LOTES					R\$ 21.250,00	R\$ 17.400,00	R\$ 15.568,00	R\$ 34.800,00	R\$ 11.994,00		R\$ 26.530,30	R\$ 23.725,00

	VALOR OBTIDO PELA A MÉDIA
	VALOR OBTIDO PELA A MEDIANA
	VALOR EXCESSIVELMENTE ELEVADOS OU INEXEQUIVEIS
	MENOR PREÇO ENCONTRADO

Anexo II - ORÇAMENTOS.pdf

ENC: Solicitação de Orçamento - Sistema Pacs ☁️ ☢️ 🏠 👤 RDICOM RADIOLOGIA NA NUVEM

Cyrleia . <cdelgobo@hotmail.com>

Ter, 05/03/2024 14:30

Para:Compras - Saúde Nova Tebas <compras.saudemnt@hotmail.com>

📎 2 anexos (745 KB)

08202308-MUNICIPIO DE NOVA TEBAS.docx.pdf; 08202309-MUNICIPIO DE MANOEL RIBAS.docx.pdf;

Cyrleia
(42)9973-9141

De: Comercial Rdicom <comercial@rdicom.com.br>

Enviado: quarta-feira, 2 de agosto de 2023 09:56

Para: cdelgobo@hotmail.com <cdelgobo@hotmail.com>

Assunto: Solicitação de Orçamento - Sistema Pacs ☁️ ☢️ 🏠 👤 RDICOM RADIOLOGIA NA NUVEM

Boa tarde Prezada Cyrleia

Conforme nosso contato fone, e indicação do Rafael - Sigma Médica, segue abaixo orçamento, conforme solicitado.

A Empresa Rdicom Radiologia na Nuvem, é inscrita no **CNPJ 29.826.858/0001-91** e Registro Obrigatório de Fabricante **Ativo ANVISA 81755870001**, sediada a Rua Minas Gerais, 1860 em Cascavel - PR.

E site: www.rdicom.com.br

Ficamos no aguardo e à disposição, para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente

Jeferson R. Pilla

Rdicom - Radiologia na Nuvem

(45) 9 9973 6621 - (45) 3096 0260

Cascavel-Pr

<https://rdicom.com.br>



RDICOM
Radiologia na Nuvem

Cascavel, 10 de Abril de 2024
PROPOSTA: 08202308

MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

CNPJ: 80.620.172/0001-05

Av. Belo Horizonte, 695

CEP: 85.250-000 - Nova Tebas - PR

A/C: Cyrleia Delgobo

PROPOSTA COMERCIAL

Em atenção à sua consulta, a **Rdicom - Radiologia na Nuvem**, tem a grata satisfação de disponibilizar para sua análise a presente proposta comercial relativa às nossas soluções em radiologia na nuvem.



Nossas soluções têm como missão facilitar ações e rotinas de médicos, gestores e pacientes, otimizando processos no centro médico, gerando melhor conectividade, maior eficiência operacional e oportunizando redução de custos, além de cuidar do meio ambiente.

Mais do que oferecer soluções, produtos ou serviços, o que nos diferencia da concorrência é que somos apaixonados em entregar valor aos nossos clientes com soluções específicas, prezando sempre a fidelização de médicos e pacientes, diferencial tecnológico e a redução de custos.



Esta proposta foi preparada sob demanda, conforme nosso melhor entendimento em atender as expectativas e necessidades do seu centro de diagnóstico por imagem. Temos convicção da qualidade nos serviços ofertados, visando o sucesso deste importante projeto e afirmamos o compromisso da **Rdicom** em obter os resultados desejados na contratação dos serviços.

Jeferson R Pilla

Especialista de Produto

Cel: (45) 99973 6621

comercial@rdicom.com.br



VALOR DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL R\$
1	<p>SISTEMA PACS Sistema de comunicação, arquivamento e visualização de imagens médicas na nuvem.</p> <ul style="list-style-type: none">• Sistema de comunicação, arquivamento e visualização de imagens médicas na nuvem.• Habilitado para integração entre equipamentos de radiologia e outros sistemas HIS e RIS.• Capacidade de armazenamento até 600 exames CR,DR,DX e 200 US mensais por 12 meses em nuvem ou enquanto durar o contrato.• Exames excedentes a 800 RX/US, serão cobrados R\$ 1,80 por exame.• Armazenamento dos exames em storage na nuvem, com segurança SSL, armazenamento de exames em banco de dados de alto desempenho.• Permite todos os formatos de imagem médica DICOM.• Visualizador web de imagens médicas DICOM com conjunto de ferramentas necessárias para imagiologia médica como: inverter, brilho, contraste, medição, densidade, zoom.• Editor de laudos médicos radiológicos com máscaras e templates para os laudos. Visualizador editor de laudo integrados (Juntos na mesma tela, com licença até 2 médicos laudantes)• Sistema PACS executado em containers na nuvem de alto desempenho na nuvem.• Interface para médicos com comandos em português.• Portal para entrega de resultados (imagens e laudos) de exames para pacientes através de protocolo de acesso para unidades de saúde externas e pacientes.• Acesso para médicos e pacientes aos resultados remotamente através da nuvem remotamente com acesso ilimitado.• Sistema de segurança baseado em usuário/senha.• Treinamento presencial de no mínimo 8 horas para melhor uso do software.• Relatórios de uso dos exames e nuvem.• Software com idioma em Português Brasileiro.• Download dos exames após fim de contrato, ou encaminhar para outro PACS e ou download dos exames armazenados na nuvem para discos físicos removíveis.• Manutenção e monitoramento do Sistema 24x7 vinte e quatro horas por dia, 7 dias por semana.• Suporte padrão das 8hs às 18hs, Seg à Sexta, exceto feriados.• Manual do PACS em português e com registro na ANVISA.• Registro Anvisa Rdicom N° 81755870001.	12 Meses	1.450,00	17.400,00

Requisitos De Hardware, Software E Rede

Para envio dos exames para nuvem são necessários os seguintes requisitos:

Requisitos de Hardware:

Nosso time de implantação deve ter o login e senha e permissão de administrador para operar os equipamentos;

O equipamento não poderá ter regras para suspensão de atividades, por exemplo, entrar em hibernação em caso de inatividade;

Requisitos de Software:

Como requisitos de software serão necessários:

- Sistema Operacional mais recente e atualizado
- Navegador Chrome ou Firefox
- TeamViewer 14 ou superior
- Acesso à internet.

Requisitos de Rede:

Como requisitos de rede serão necessários:

- Rede: Gigabit LAN 100/1000
- Link de internet: mínimo 5 Mbps (Download/Upload) ou superior.
- Recomendado um link secundário de internet: 20 Mbps (Download/Upload) ou superior, segundo link de outra operadora para redundância de conexão com internet.
- As seguintes portas devem estar liberadas no firewall: 22, 80, 8080, 8081, 8443, 8843, 10000 e 10025

Condições Comerciais, Requisitos De Hardware, Suporte E Manutenção

- A entrega e implantação será em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.
- Deverá constar no local toda a infraestrutura necessária para instalação do equipamento seguindo as orientações requeridas pela empresa.
- Esta proposta e suas condições são válidas somente para esta negociação, não podendo ser oferecida ou disponibilizada para outras empresas ou pessoas, sem a prévia análise e aprovação da Rdicom.
- Suporte técnico online em escala 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) durante a vigência do contrato.
- Os valores recorrentes mensais de suporte, manutenção e atualizações tecnológicas terão início de cobrança após a implantação.
- A presente proposta não contempla despesas relacionadas ao deslocamento, alimentação e hospedagem dos profissionais da Rdicom em caso de instalação, treinamento ou suporte presencial.
- A presente proposta não contempla eventuais despesas que possam haver junto aos fabricantes de equipamentos durante a configuração para envio de exames para o Rdicom PACS.
- Eventuais modificações que impliquem em alteração dos serviços ou planos aqui descritos, serão objetos de novas negociações.
- Os preços ofertados incluem todos os impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação.
- Esta proposta é válida por 15 dias, ficando após esse período sujeita a revisão e aprovação.

ENC: Proposta Comercial - Cfaz.net (PACS em Nuvem)

Cyrleia . <cdelgobo@hotmail.com>

Ter, 05/03/2024 14:30

Para:Compras - Saúde Nova Tebas <compras.saudemnt@hotmail.com>

 2 anexos (220 KB)

Proposta Comercial - Cfaz (Hosp. Mun. Santo Antônio).pdf; Proposta Comercial - Cfaz (Hosp. Dr Antônio Pietrobon).pdf;

Cyrleia
(42)9973-9141

De: Cleiton Pateis <cleiton@cfaz.net>**Enviado:** quarta-feira, 2 de agosto de 2023 16:59**Para:** cdelgobo@hotmail.com <cdelgobo@hotmail.com>**Assunto:** Proposta Comercial - Cfaz.net (PACS em Nuvem)

Boa tarde!

Seguem as duas propostas conforme solicitado para vossa apreciação.
Continuo à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Cleiton Pateis

Representante Comercial | cfaz.net

+55 31 3956 0980 / +55 31 99265 4078

HMAP Hospital Dr Antônio Pietrobon

Matriz

11/04/2024

Kadu Rodrigues Vale de Moraes
Executivo de contas
www.cfaz.net - kadu@cfaz.net
+55 11 95320-1402

Gustavo Costa
Diretor comercial
www.cfaz.net - Gustavo@cfaz.net
+55 31 9688-2365

O Cfaz.net é o primeiro sistema 100% online desenvolvido para profissionais e clínicas de radiologia odontológica.

O plano **Cfazmaxplus - Matriz** é composto por:

Cfazexames - Cefalometria, Diagnóstico, Tomografia (DICOM), Modelo Digital STL e todos os tipos de exames e análises utilizados na Radiologia Odontológica.

Cfazdoc - PACS em Nuvem e DICOM Printer: Armazene automaticamente as imagens em sua Nuvem (integração direta com aparelhos) e monte suas pastas de documentação com facilidade, graças ao DICOM Printer integrado diretamente às impressoras DRY.

Cfazpost - Entrega online e em tempo real de imagens e exames, que são disponibilizados diretamente para o paciente e seus parceiros médicos.

Investimento Cfazmaxplus	Licença única	Mensal
Valor de licença (pagamento até 8x no boleto) <ul style="list-style-type: none">- Treinamento;- Implantação;- Configuração da base;	R\$ 7.900,00	
Cfaz 4GB <ul style="list-style-type: none">- Atualizações do sistema;- armazenamento das imagens temporário;- suporte;- Servidor online		R\$ 639,00
Valor total	R\$ 7.900,00	R\$ 639,00

REQUISITOS BÁSICOS PARA O SISTEMA

- Internet banda larga com no mínimo 5 Mbps
- Navegador Google Chrome

SUORTE: 8h às 18h, segunda a sexta-feira, exceto feriados

- Via telefone ou Whatsapp através do número +55 31 3956 0980
- Via e-mail para suporte@cfaz.net
- Via chat dentro do site das plataformas

Validade da proposta: 20/04/2024

ENC: A/C Cyrleia Delgobo (Proposta Comercial PACS Mobilemed)

Cyrleia . <cdelgobo@hotmail.com>

Ter, 05/03/2024 14:30

Para: Compras - Saúde Nova Tebas <compras.saudemnt@hotmail.com>

 2 anexos (4 MB)

Proposta Comercial_Mobilemed_PACS Padrão - HMSA - Hosp. Municipal Sto Antônio .pdf; Proposta Comercial_Mobilemed_PACS Padrão - HMAP - Hosp. Dr. Antônio Pietrobon.docx.pdf;

Cyrleia
(42)9973-9141**De:** Mariana <mariana@mobilemed.com.br>**Enviado:** quarta-feira, 2 de agosto de 2023 16:17**Para:** cdelgobo <cdelgobo@hotmail.com>**Cc:** Bruna Cristina <bruna@mobilemed.com.br>**Assunto:** A/C Cyrleia Delgobo (Proposta Comercial PACS Mobilemed)

Boa tarde, Cyrleia. Tudo bem?

Quero agradecer mais uma vez pela conversa que tivemos e aproveitar para enviar as propostas referente aos Hospitais dos municípios de Manoel Ribas e Nova Tebas.

Será uma honra poder contribuir na rotina do time, para levar eficiência operacional, através das Soluções da Mobilemed.

Entro em contato contigo na sexta-feira para avaliarmos os próximos passos, tudo bem?

Qualquer dúvida referente aos detalhes da proposta, por favor, não exite em me questionar.

Estou à inteira disposição.

Abraços!



PROPOSTA COMERCIAL

comercial@mobilemed.com.br



O mais Completo PACS Cloud do Brasil em suas mãos.



Soluções completas
para desafios reais do
médico radiologista.



Utilizamos os
melhores servidores
Cloud do mundo.



Aceito por milhares
de clínicas e hospitais
em todo o Brasil.



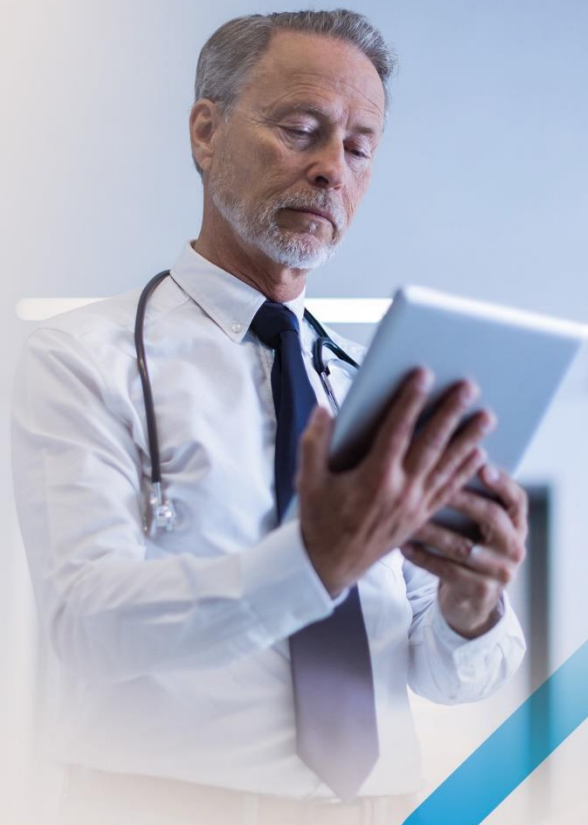
Certificado Anvisa
82083250001



mobilemed

Sabe por que somos a melhor parceira do médico radiologista?

Facilitamos o trabalho dos radiologistas integrando todos seus serviços na nuvem a partir das nossas ferramentas digitais.



Econômico e escalável.

Todos nossos serviços em nuvem, em conjunto com nossas ferramentas e infraestrutura, capaz de receber a quantidade de exames de acordo com a sua necessidade.



Facilidade de acesso aos exames.

Conheça toda a plataforma intuitiva pensada exclusivamente para o facilitar cada vez mais o acesso aos laudos e exames dos pacientes.



Portal de Entrega web e App para resultados do Paciente.

Leve sua interação com o paciente para outro nível com nossos aplicativos de resultados, disponíveis em Android e iOS.



Gestão centralizada Multiempresas.

Chega do formato de gestão atrasado. **Com a Mobilemed você efetua a Gestão de laudos e exames de todas as suas empresas a partir de qualquer lugar.**



Usuários e equipamentos ilimitados a custo zero.

Mais liberdade e segurança para você e seu time melhorarem cada vez mais o resultado de entrega de laudos.



Organização do fluxo de trabalho médico.

Fluxo muito mais intuitivo para você ganhar tempo no seu dia-a-dia.



Implantação Rápida e Imediata.

Total liberdade para enviar e receber laudos e informações necessárias de todos os exames com mais rapidez e segurança.



Sempre disponíveis.

Nossa equipe de suporte 24/7 é totalmente humanizada e sem robô. Ligue ou chame no whatsapp (11) 99172-8272 sempre que precisar.



Proposta válida por 07 dias.

São Paulo, 10 de abril de 2024

A/C de Sra.: Cyrleia Delgobo

E-mail: cdelgobo@hotmail.com

Cel.: +55 42 9973-9141

Referente

Contrato Comercial

Código nº

JBB10041636_2024

MOBILEMED (CONTRATADA) tem o prazer de apresentar sua proposta comercial referente à outorga de licença de uso de software a conforme detalhado abaixo:

A informação transmitida destina-se apenas à pessoa a quem foi endereçada e pode conter informação confidencial, legalmente protegida e para conhecimento exclusivo do destinatário. Se o leitor desta advertência não for o destinatário da informação, fica ciente de que sua leitura, divulgação ou cópia é estritamente proibida.

Caso a mensagem tenha sido recebida por engano, favor comunicar ao remetente e apagar o texto do computador



A Mobilemed

Seus laudos e exames mais seguros com as principais tecnologias e certificações.

A MOBILEMED nasceu com a missão de proporcionar aos médicos, clínicas e hospitais uma dinâmica de trabalho mais efetiva, acelerando os processos e atribuindo valor a cada hora trabalhada. Trazemos como base o suporte ao cliente pois foi através desse trabalho que pudemos iniciar o desenvolvimento de soluções exclusivas que trouxessem maior dinamismo e praticidade para a área médica.

Nossos Diferenciais



**Suporte 24 horas,
7 dias por semana.**



Canal de atendimento rápido.
Telefone e Whatsapp.



**Não cobramos por número de usuários
(exceto BI) e ou plataforma de terceiros,
equipamentos, modalidades, ilimitados.**



**Implantação
rápida e imediata.**



**Portal de Entrega web e App
para resultados do Paciente.**





OBJETO DA CONTRATAÇÃO

A presente proposta abrange a outorga à CONTRATANTE pela **CONTRATADA** das licenças de uso de softwares, não exclusivo, intransferível e oneroso, bem como a prestação de serviços decorrentes de sua utilização.

O quadro abaixo oferece breve descrição dos softwares e respectivos serviços oferecidos, que serão implantados no servidor e workstations da CONTRATANTE:

Item	Descrição dos Serviços Oferecidos	Quantidade de Licenças na Unidade (apenas para referência de implantação)
1	MOBILEWEB Licença de uso do Portal para telerradiologia, disponibilidade de laudo, imagem.	ilimitado
2	MOBILE SERVER - ROUTER Licença de uso para comunicação DICOM e roteamento das imagens para o PORTAL MOBILEMED.	1
3	Mobile APP Licença de uso do aplicativo (Smartphone) para os médicos, consultarem exames e laudos.	ilimitado

As licenças de acesso ao sistema são ilimitadas, a Mobilemed não cobra por inclusão de usuário no sistema, independente do perfil (Médico, técnico, recepcionista);

Cada Licença de Uso de Software está limitada ao Ponto de Implantação.

A presente proposta comercial abrange ainda o respectivo treinamento referente às licenças de uso de softwares relacionados.

A CONTRATATADA oferece treinamento de até 08 horas mensais a todas as pessoas indicadas pela CONTRATANTE, sempre em horário comercial (das 8h às 18h).

Para treinamentos extras e/ou personalizados, solicitar orçamento específico.



ESTRUTURA MÍNIMA

Para implantação das licenças de uso de software abrangidas nesta proposta, a **CONTRATANTE** deve dispor da seguinte estrutura mínima:

Unidade	Quantidade	Requisito mínimo de Servidor e Internet
MUNICIPIO DE NOVA TEBAS	1	<ul style="list-style-type: none">• HD 120 GB, 8 GB RAM,• 2.0 GHZ CPU,• WINDOWS 10 PRO ou superior,• LINUX (UBUNTU)• Upload 4 Mbps

EQUIPAMENTOS RADIOLÓGICOS (DICOM) DO CLIENTE

As licenças de uso de software se comunicarão com os seguintes equipamentos radiológicos DICOM do CLIENTE: qualquer equipamento radiológico DICOM dentro do hospital.

A qualidade das imagens transmitidas através do equipamento do CONTRATANTE, são de responsabilidade exclusiva dos equipamentos médicos utilizados pelo CONTRATANTE.

Volume de Exames da Instituição:

MODALIDADE	RX CR DX	TC	RM	MG	US	OT	XA	CP	NM	ES	EEG/ ECG	BMD (DO)
VOLUMETRIA MENSAL	500	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	-
EXCEDENTE POR EXAME	R\$ 0,60	R\$ 1,70	R\$ 2,10	R\$ 1,50	R\$ 0,50	R\$ 0,50	R\$ 2,00	R\$ 0,70	R\$ 1,00	R\$ 0,70	R\$ 0,70	R\$ 1,10

* O valor excedente será cobrado caso ultrapasse o volume de cada modalidade.

** Exames excluídos, duplicados e cadastrados são contabilizados pela ONTRATADA.



DOS VALORES E FORMA DE PAGAMENTO

Para outorga das licenças de uso de software acima relacionadas, respectiva implantação e treinamento propõe a cobrança dos seguintes valores:

Implantação / Treinamento	Qtd.	Valor (R\$)
<ul style="list-style-type: none">Composto por: setup remoto dos serviços no servidor.Testes de comunicação,Instalação das aplicações nas workstations se houver, treinamento por vídeo conferência para a equipe técnica das ferramentas, até 10 pessoas)Parametrizações da unidade, permissionamento de usuários, formulários, configurações de assinaturas.Configuração de perfil médico.	1	De R\$ 850,00 (parcela única)

Portal Mobilemed (PACS)	Valor Mensal (R\$)
Portal Mobilemed - Locação da Licença de uso.	R\$ 1.700,00/mês

Módulos Opcionais	Contratar
Portal de Entrega de resultado para o PACIENTE por unidade + Aplicativos (Android e Iphone) – Imagem e Laudo.	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Storage para armazenamento de exames (500 GB COLD) + Suporte.-	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Plataforma de B.I. (Business Intelligence) Dashboard Dinâmica.	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
Aplicativo personalizado para portal de entrega de resultados.	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
Integração + Worklist (RIS, HIS, PACS) para retorno de laudo. CS Software	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
Servidor Interno com certificado (valor único do certificado \$30) + Serviço mensal	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
Plataforma de Inteligência Artificial para RX	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Total	R\$ 1.700,00



No 1º dia de cada mês subsequente à instalação do sistema, a CONTRATADA realizará a apuração da quantidade e modalidade de exames radiológicos transmitidos ao PORTAL WEB (TELERRADIOLOGIA) da CONTRATADA e emitirá nota fiscal do valor total apurado. Na ausência de realização de exames no mês ou caso não seja atingido o valor mínimo de exames, será cobrado o valor mensal independente da realização do exame ou não.

CONDIÇÕES GERAIS

A presente proposta comercial é vinculada ao contrato de licença de uso de software e prestação de serviços, registrado mediante o nº 277334, em 23/03/2023, bem como a política de tratamento de dados, registrada mediante o nº 277335, em 23/03/2023, ambas no 1º Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Bernardo do Campo/SP.

A aceitação da presente proposta comercial significa também a aceitação do contrato de licença de uso de software e prestação de serviços e da política de tratamento de dados acima indicadas.

O (A) Contratante declara-se ciente e de acordo com o contrato de licença de uso de software e prestação de serviços, que disciplina os termos e uso relativos à adesão dos softwares aqui relatados, bem como de que teve tempo hábil suficiente para compreensão de todos os dispositivos contratuais vigentes na presente contratação.

Nas hipóteses de modificação de contrato, aditivo de novos serviços ou downgrade de contratação, a assinatura da proposta comercial, que disciplina as novas regras comerciais e financeiras, já é válida como minuta aditiva, dispensando assinatura de novo contrato. Nestes casos, todas as disposições contratuais do contrato de licença de uso de software e prestação de serviços continuam integralmente válidas, com exceção àquilo que se modificar na nova proposta comercial.

Nas hipóteses em que o (a) CONTRATANTE optar por gerenciar sua própria estrutura, o que inclui manutenções, formatações, exclusões e qualquer outro ato que afete ou possa afetar a estrutura de exames e imagens armazenados, será de sua exclusiva responsabilidade qualquer efeito derivado de seus próprios atos, inexistindo qualquer responsabilidade em tais casos em desfavor da CONTRATADA.

O armazenamento de exames e imagens é um serviço de storage, de forma que cabe a CONTRATADA disponibilizar o espaço contratado, nos termos da proposta de serviços/termo de adesão, entretanto, a responsabilidade pela qualidade e integridade dos exames é única e exclusiva da CONTRATANTE, que é a responsável por aferir se as imagens e exames transmitidos estão íntegros, livres de qualquer espécie de corrompimento, inutilização ou degradação, e com a qualidade adequada para o fim que se destina



CUSTOS ADICIONAIS

Ficam a cargo do cliente todas as necessidades locais de workstations, espaços para recebimento do projeto, elétrica, cabeamento, aterramento, software e periféricos necessários para a implantação do projeto. Além disso, eventuais despesas com deslocamento, alimentação, hospedagem, transporte local também serão cobertos pela CONTRATANTE.

PRAZO CONTRATUAL

Prazo contratual mínimo 36 meses.

Após o término da vigência do contrato, o mesmo será renovado automaticamente pelo período de 12 (doze) meses.

Na hipótese de uma das PARTES dar causa à rescisão do presente Contrato antes do término previsto, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) do valor remanescente do Contrato. Para fins de base de cálculo da multa contratual por rescisão antecipada, considerar-se-á a média das 03 (três) últimas mensalidades faturadas, não podendo nunca ser menor que o valor base contratual (quantidade fixa de serviços contratada).

Cancelamento (exceto storage para armazenamento de exames e ou integrações) gratuito em até 7 dias a partir da data de assinatura.

***As imagens e laudos ficarão armazenadas enquanto houver espaço na Storage contratada e o contrato estiver vigente.

Os laudos ficarão armazenados enquanto o contrato estiver vigente.

SUPORTE E GARANTIA

Suporte 24 x 7

DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente proposta se limita à outorga das licenças de uso de softwares já relacionados, sua respectiva implantação e treinamento, sendo certo que todos os seus termos serão ratificados e complementados por meio da assinatura do correspondente Contrato de licença de Uso de Software e Prestação de serviços.

Para eventuais esclarecimentos, colocamo-nos à disposição.

São Paulo, 10 de abril de 2024

De acordo:

Cliente MUNICIPIO DE NOVA TEBAS

CNPJ 80.620.172/0001-05

MOBILEMED SOLUCOES EM TECNOLOGIA PARA MEDICINA LTDA - ME 11.004.614/0001-68

MUNICIPIO DE CAJATI
CAJATI-SP

VENCEDORES DO PROCESSO - FINAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
Processo Administrativo Nº 067/2023
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: FRANCIELLI RIBEIRO MIGUEL
Data de Publicação: 08/02/2023 16:25:48

TOTAL DO PROCESSO:				11.994,00
RADCLOUD CORPORACAO LTDA		30.549.603/0001-08		11.994,00
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 039	11.994,00	Total: 11.994,00
Item: 1	Unidade: MÊS	Marca: Própria	Modelo: RIS 3.0	
Descrição: Sistema PACS utilizado para armazenar e gerenciar imagens médicas baseado em protocolo DICOM, possibilitando o uso das imagens para diagnóstico através de visualizadores DICOM de alta performance com volumetria aproximada de 16.000 exames ano. Através da plataforma WEB de laudos, com o sistema RIS o processo online de realização de diagnósticos oferecendo alta produtividade e mobilidade aos médicos e técnicos de radiologia e imagenologia, trazendo mais organização e agilidade ao processo. Ambiente personalizável para realização dos laudos. Possibilitar assinatura digital do médico. Permite acesso do médico 24hs por dia 7 dias por semana. Envio de arquivos em diversos formatos possibilitando anexá-los ao laudo do paciente. O software é instalado em servidor dedicado com espaço em nuvem sem limite de armazenamento, com alta performance, integridade, escalabilidade e disponibilidade. Plataforma web para acesso e visualização desses a médicos e demais colaboradores, através de login e senha, disponibilizando visualizador de imagens com conjunto de ferramentas necessárias para imagiologia médica, como inverter, brilho, contraste, medição, densidade, zoom. O sistema deverá ainda possibilitar a disponibilização dos exames para pacientes de forma on-line. Deverá ainda ser ofertado treinamento compatível a 07 profissionais, técnicos em radiologia e imagenologia que compõe o quadro funcional do município; Ao término do contrato deverá a contratada dispor de backup com todos os dados, imagens e informações geradas de forma ordenada e fornecidas a Contratante por meio eletrônico.				
Quantidade: 12		Valor Unit.: 999,50		Total Item: 11.994,00
Item: 2	Unidade: MÊS	Marca: Própria	Modelo: RIS 3.0	
Descrição: Serviço de Implantação e Treinamento Operacional, em Software de Distribuição de Imagens Médicas, no formato DICOM (Software PAC'S).				
Quantidade: 1		Valor Unit.: 0,00		Total Item: 0,00

 > [Editais](#)

[Portal Nacional de Contratações Públicas](#)



 Entrar

Última atualização 15/01/2024

Local: Peixoto de Azevedo/MT **Órgão:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DO VALE DO PEIXOTO

Unidade compradora: 1 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP MT

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto **Registro de preço:** Sim

Data de divulgação no PNCP: 15/01/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 18/11/2022 08:43 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 19/12/2022 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 02997711000108-1-000016/2022 **Fonte:** BLL Compras

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE ARQUIVAMENTO DE IMAGENS (PACS), GERENCIAMENTO, VISUALIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE IMAGENS EM FORMATO DICOM PARA O SETOR DE IMAGENS DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO sob a gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, p

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 125.599,56	R\$ 34.800,00

<div>ItensArquivosHistórico</div>					
Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado ↕	Detalhar ↕
1	SISTEMA DE ARQUIVAMENTO DE IMAGENS (PACS), GERENCIAMENTO, VISUALIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE IMAGENS EM FORMATO DICOM PARA O SETOR DE IMAGENS.	12	R\$ 10.466,63	R\$ 125.599,56	

Exibir:

1-1 de 1 itens

Página



 Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.economia.gov.br>

 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Anexo III - ORÇAMENTO.pdf



**PAULO CAMARGO ULTRA-SOM, SUPRIMENTOS
E EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.**

Rua Valdomiro Cunha, – Forquilha
São José - SC - CEP: 88.106-520
Fone: (48)3348-5171 FAX: (48) 3244-8858

Proposta Suprimed – L0590
São José, 16 de Abril de 2024.

Ao,

HMAP - Hospital Municipal Dr Antonio Pietrobon
Cidade: Nova Tebas/PR
Email: cdelgobo@hotmail.com / compras.saudemnt@hotmail.com
Fone: (42) 99973-9141

Prezada Sra. Cyrleia Delgobo,

A Suprimed tem o prazer em lhe apresentar o novo padrão tecnológico em ultrassonografia, o **Software DICOM** para o equipamento **Sonoace R7**, equipado com as mais avançadas e inovadoras tecnologias, oferecendo a nossos clientes o máximo em produtividade e qualidade em seus exames.

Ficando desde já à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessária.

Cordialmente,

Paulo Camargo Ultra-Som, Suprimentos e Equipamentos Médicos Eireli
Licitação; (48) 99173-6868
Fone: (48) 3348-5171 / (48) 3244-8858
E-mail: suprimede@suprimede.com.br / licitacao@suprimede.com.br
Site: www.suprimede.com.br



**PAULO CAMARGO ULTRA-SOM, SUPRIMENTOS
E EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.**

Rua Valdomiro Cunha, – Forquilha
São José - SC - CEP: 88.106-520
Fone: (48)3348-5171 FAX: (48) 3244-8858

ITEM: Software DICOM para equipamento modelo Sonoace R7 (Marca: Samsung)

Condições de pagamento:

Valor total à vista: **R\$ 5.900,00 (Cinco Mil e Novecentos Reais).**

Condições de entrega

Até 30 (quinze) dias após emitido pedido/empenho.

Garantia

De 12 (doze meses a partir da data da entrega.

Validade da Proposta

O prazo de validade da proposta é de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação

Pagamento:

Banco Itau-341

Agencia: 0730

Conta corrente: 36768-7

Paulo Camargo Ultra-Som, Suprimentos e Equipamentos Médicos Eireli

CNPJ: 09.134.634/0001-01 – IE: 255496753

Rua Valdemiro Cunha, 400 – Forquilha – São José/SC – CEP: 88106-520

Contato: (48) 3348 5171

KATIA LACY Assinado de
VIEIRA DE forma digital por
CAMARGO: KATIA LACY
576785379 537972
72 Dados: 2024.04.04
11:05:05 -03'00'


Katia Lacy Vieira de Camargo
Responsável Legal
CPF: 576.785.379-72

ENC: Proposta Comercial - SOFTWARE DICOM para R7 - Nova Tebas/PR

Cyrleia . <cdelgobo@hotmail.com>

Qua, 17/04/2024 08:23

Para: Compras - Saúde Nova Tebas <compras.saudemnt@hotmail.com>

 1 anexos (679 KB)

L0590 - HOSPITAL MUNICIPAL DR. ANTONIO PIETROBON- HMAP - SOFTWARE DICOM....pdf;

Cyrleia
(42)9973-9141

De: licitacao@grupo.suprimede.com.br <licitacao@grupo.suprimede.com.br>

Enviado: terça-feira, 16 de abril de 2024 17:18

Para: cdelgobo@hotmail.com <cdelgobo@hotmail.com>; compras.saudemnt@hotmail.com <compras.saudemnt@hotmail.com>

Cc: william@suprimede.com.br <william@suprimede.com.br>

Assunto: Proposta Comercial - SOFTWARE DICOM para R7 - Nova Tebas/PR

Boa tarde,

Sra. Cyrleia Delgobo,

Segue proposta comercial referente **Software DICOM para Sonoace R7 (Ultrassom SAMSUNG)**.

Mauricio Fernandes

Analista de Licitações

Paulo Camargo US

Phone: +55 48 3348-5171

Cel: + 55 48 99173-6868

Email: licitacao@suprimede.com.br